



SENGE-RJ lança filme sobre privatizações com direção de Silvio Tendler

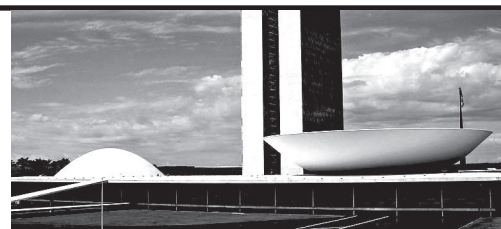
O lançamento foi realizado no Circo Voador Páginas 4 e 5

ELEIÇÃO CONFEA/CREA

SENGE divulga manifesto
por eleições limpas Pág. 9

SOCIEDADE

Vistoria em
instalações de gás Pág. 3



OPINIÃO

Reforma
Política Já Pág. 2

NEOLIBERALISMO REJEITADO

Com a reeleição de Dilma Rousseff no segundo turno das eleições presidenciais do dia 26 de Outubro, a população brasileira diz não ao projeto neoliberal comandado por Aécio Neves. Apesar da diferença pequena de um pouco mais de 3 milhões de voto, é a quarta recusa que essas ideias tiveram ao tentar retornar ao comando do governo brasileiro.

Logo em seu primeiro discurso depois de eleita, a presidente Dilma assume um compromisso importante que é a luta pela reforma política através de uma Constituinte exclusivamente convocada para este fim. Esta é a tarefa imediata mais importante que se coloca para os movimentos sociais e os partidos comprometidos com uma transformação social mais profunda das instituições brasileira. Sabemos o quanto estão comandadas pelo poder do dinheiro nossos processos eleitorais. Um reforma do sistema político tem que vir para mudar o arranjo institucional vigente e para recolocar a política não contaminada pelo fisiologismo como valor universal.

Para tanto é absolutamente fundamental um ascenso do movimento de massas na rua lutando pela reforma.

REFORMA POLÍTICA JÁ

AGAMENON OLIVEIRA

Se tivéssemos que caracterizar o momento político no qual vivemos não seria exagero dizer que atravessamos uma profunda e talvez duradoura crise de representação política em todos os níveis. Tentaremos aqui explicar muito sucintamente porque chegamos a esta situação para aí então fundamentarmos a necessidade da reforma política e seus contornos gerais.

Atribuimos a dois fatores principais a esta espécie de beco-sem-saída no qual estamos metidos: às profundas mudanças no mundo do trabalho e à forma de transição que fizemos da ditadura civil-militar. A onda neoliberal que atingiu o Brasil na década de 90, a chamada reestruturação produtiva, as desregulações no sistema financeiro e a crise de acumulação no modo de produção capitalista em escala global produziram enormes mudanças no mundo do trabalho. Um trabalho cada vez mais precarizado, novas formas de exploração, as terceirizações, transformaram o perfil e a estrutura da classe trabalhadora criando enormes e até hoje insuperáveis problemas nas antigas formas de representação política.

Ao mesmo tempo em que isto acontecia o Brasil começava a sair (mal) do período ditatorial com a eleição do primeiro presidente civil pós-ditadura. A forma política assumida por esta transição, negociada por cima, sem rupturas e com a preservação do enorme "entulho autoritário", se deu no sentido da manutenção do poder e dos privilégios dos grupos dominantes desde o período anterior. Aos poucos foi sendo montado um arranjo institucional que servisse unicamente aos interesses desses grupos. Dessa forma o processo eleitoral foi sendo contaminado e corrompido pelo poder do

dinheiro, pelos financiamentos milionários das campanhas e pela predominância do marketing no lugar da política e do debate de ideias e de propostas, como forma de mandar para o Congresso e o Senado os representantes dessas oligarquias, grupos de interesses e classes conservadoras. O resultado foi incontestável. Pela primeira vez representantes da direita fascista chegam ao Congresso como campeões de votos. Não é difícil de ver a quem serve este arranjo institucional.

A reforma política se apresenta então como a única solução viável dentro do quadro da legalidade democrática como forma de mudar o arranjo institucional conservador

A reforma política se apresenta então como a única solução viável dentro do quadro da legalidade democrática como forma de mudar o arranjo institucional conservador e depravado e que explica os processos sistêmicos de corrupção seja na Petrobrás ou alhures. Também é fácil de entender porque o atual Congresso não serve para fazer a reforma política. Ele é o produto pronto e acabado deste arranjo e de sua funcionalidade degenerada. Seria como pedir as raposas que fizessem uma reforma alimentar e virassem vegetarianas. É contra sua natureza.

Outra característica da reforma política é que ela funciona como uma espécie de mãe de todas as outras reformas. Sem ela nenhuma outra ocorrerá. Haja vista os dois governos Lula e o primeiro de Dilma que foi incapaz de fazer qualquer reforma. Um tipo de governo reformista sem reformas. A tarefa não será fácil, pois entendemos que somente através de ampla mobilização popular nosso intento será conseguido e somente dessa forma uma nova correlação de forças favorável aos setores populares poderá surgir no país.

* AGAMENON OLIVEIRA é diretor do Sindicato dos Engenheiros



Senge-RJ

SINDICATO DOS ENGENHEIROS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Av. Rio Branco, 277 - grupos 801 - 8º and. e 1.703 - 17º and.

Rio de Janeiro - RJ - CEP: 20040-009

Tel: (0 XX 21) 3505-0707 Fax: (0 XX 21) 3505-0733

Endereço: www.sengerj.org.br

Correio eletrônico: sengerj@sengerj.org.br • imprensa@sengerj.org.br

PRESIDENTE

Olimpio Alves dos Santos

DIRETORIA COLEGIADA

Adalberto Garcia Junior, Agamenon Rodrigues E. Oliveira, Alcebiades Fonseca, Carlos Alberto da Cruz, Clayton Guimarães do Vabo, Clovis Francisco do Nascimento Filho, Eduardo Ramos Duarte, Fernando de Carvalho Turino, Flávio Ribeiro Ramos, Gunter de Moura Angelkorte, Jorge Antônio da Silva, Jorge Mendes Vieira de Carvalho, Jorge Saraiva da Rocha, José Amaro Barcelos Lima, José Stelberto Porto Soares, Julio César Arruda de Carvalho, Lusía Maria de Oliveira, Marco Antônio Barbosa, Maria Virginia Martins Brandão, Miguel Santos Leite Sampaio, Paulo Cesar Nayfeld Granja, Paulo Cesar Quintanilha, Victor Marchesini Ferreira

CONSELHO EDITORIAL

Alcebiades Fonseca, Agamenon Rodrigues E. Oliveira, Gunter de Moura Angelkorte, Jorge Saraiva da Rocha, Miguel Santos Leite Sampaio

CONSELHO FISCAL

Luiz Antônio Cosenza, Rubem Corveto, Nei Rodrigues Beserra, Sonia Rodrigues, Antônio Carlos Soares Pereira, Antônio Gérson Ferreira de Carvalho

JORNAL DO ENGENHEIRO

Editora e jornalista responsável:

Katarine Flor (Reg. Prof. 312821)

Repórter: Marcelle Pacheco

Diagramação: Leonardo Santos

Revisora: Sylvia Dietrich

E-mail: imprensa@sengerj.org.br

Tiragem: 5.000 exemplares

Periodicidade: Mensal

Impressão: Folha Dirigida

Projeto de Lei prevê vistoria em instalações de gás

No entanto, o conselheiro fiscal do Senge-RJ Antonio Gerson critica as mudanças no projeto de lei



Antônio Gerson integra o conselho fiscal do SENGE-RJ

Após aprovação na ALERJ, o Governador do Estado sancionou no último dia 18 de setembro, a Lei 6.890 que torna obrigatório vistorias quinquenais das instalações internas de gás de residências e do comércio. Sobre o tema entrevistamos o conselheiro fiscal do Sindicato Antonio Gerson, ex-engenheiro da Companhia Estadual de Gás (CEG).

Para a população foi bom a aprovação da Lei 6.890?

– Não, não foi bom. Na verdade, eu penso que era ruim sem a lei, mas em vários aspectos ficou pior com ela. Vou explicar por que. Quando, em 2007, foi proposto o Projeto de Lei nº762, pelo então Deputado Estadual Alessandro Molon, a intenção era obrigar que as próprias concessionárias de gás canalizado fizessem gratuitamente as vistorias no interior das unidades residenciais. O consumidor somente teria despesas caso fosse necessário corrigir alguma situação de risco nas suas instalações. O projeto contou desde o início, com o apoio do SENGE-RJ, mas ele foi totalmente desfigurado, e o que foi aprovado na Lei 6.890, incluindo também as instalações com gás de botijão, talvez acabe não sendo obedecido. O consumidor pode se negar em fazer a vistoria, alegando que vai ser penalizado

duplamente, primeiro quando por sua iniciativa ou do condomínio, chamar uma empresa credenciada pela companhia fornecedora de gás para que faça a vistoria, obviamente pagando pelo trabalho mesmo que esteja tudo certo, e caso necessário, algum reparo vai ter de assumir também gastos com obras.

Mas em relação a segurança do usuário de gás, a nova Lei pode diminuir o número de acidentes com gás?

– Talvez sim, mas pode também acontecer o contrário. A insegurança aumentar e com ela os acidentes. Caso o responsável por uma unidade decida não fazer a vistoria, ou, caso feita a vistoria, ela apresentar algum problema e seu proprietário por algum motivo, financeiro ou técnico, não fizer as correções necessárias, a Lei 6.890 prevê que as fornecedoras do gás terão de suspender o fornecimento. Nesses casos, vamos ter a repetição do que se viu quando foram condenadas várias instalações, na ocasião da conversão para uso do gás natural. O consumidor vai dar seu "jeitinho", instalando botijões de GLP dentro da

edificação, o que aumenta bastante sua insegurança e é inclusive irregular. É possível, no caso de aquecimento de água para banho, a utilização dos chuveiros elétricos, o que vai encarecer a conta do usuário e não é uma boa medida, mas no caso da energia para cozinhar alimentos, ele vai acabar adotando a pior das soluções.

Que outro caminho poderia ser adotado para não diminuir a segurança na utilização de gás?

– É necessário informar sobre os riscos e incentivar o proprietário para que faça a vistoria, tornando ela gratuita ou dando alguma vantagem para aquele que fizer. Além disso, nos casos em que a instalação apresentar problema, não se pode deixar o "pepino" só com o consumidor. A empresa fornecedora do gás devia ser obrigada a propor uma solução, com projeto de alternativa e financiando de modo acessível, nas próprias contas, a obra necessária, de modo a manter o cliente e com segurança. Se as empresas fizerem campanhas de segurança,

com seriedade, utilizando os meios de comunicação mais importantes, levando a informação ao usuário idoso, adolescente e crianças, isso já será um grande avanço, e eu não tenho dúvida de que muitos acidentes serão evitados.

Como tem sido a atuação do SENGE-RJ em relação ao tema?

– Nós participamos de manifestações de rua, em matérias de jornais, rádio e TV's, de Audiências Públicas na ALERJ, no CREA-RJ, e em eventos no Sindicato dos Engenheiros, defendendo aquele projeto inicial. Até maio de 2011, quando ele foi aprovado na Comissão de Constituição e Justiça – na forma de um Substitutivo, que teve a nossa colaboração, incluindo Emendas de vários deputados – a legislação proposta era muito boa. Infelizmente, após ter permanecido engavetado por alguns deputados, a ponto de termos imaginado que seria definitivamente esquecido, para nossa surpresa, sem que tivéssemos conhecimento de que havia retornado à pauta de suas excelências, houve a aprovação, no dia 27 de agosto último, "na calada da noite", na forma de outro Substitutivo, proposto na Comissão de Minas e Energia, com este texto que desfigurou totalmente a Lei. Nós vamos continuar na luta por uma legislação mais justa.

“O projeto nº 762 contou desde o início, com o apoio do SENGE-RJ, mas ele foi totalmente desfigurado”

Transformações recentes no perfil do docente das escolas estaduais e municipais de educação básica

A Nota Técnica 141, no anexo, tem como objetivo analisar as modificações ocorridas nos últimos anos entre os docentes da educação básica nas redes estaduais e municipais do país.

Nas últimas décadas, o Brasil viveu a luta em defesa da educação como um fenômeno social de grande relevância, visto que o acesso à educação pública e gratuita é um dos direitos fundamentais dispostos na Constituição brasileira. O acesso universal à educação com qualidade, garantido pelo Estado, é considerado um dos principais mecanismos para democratizar e distribuir renda no país.

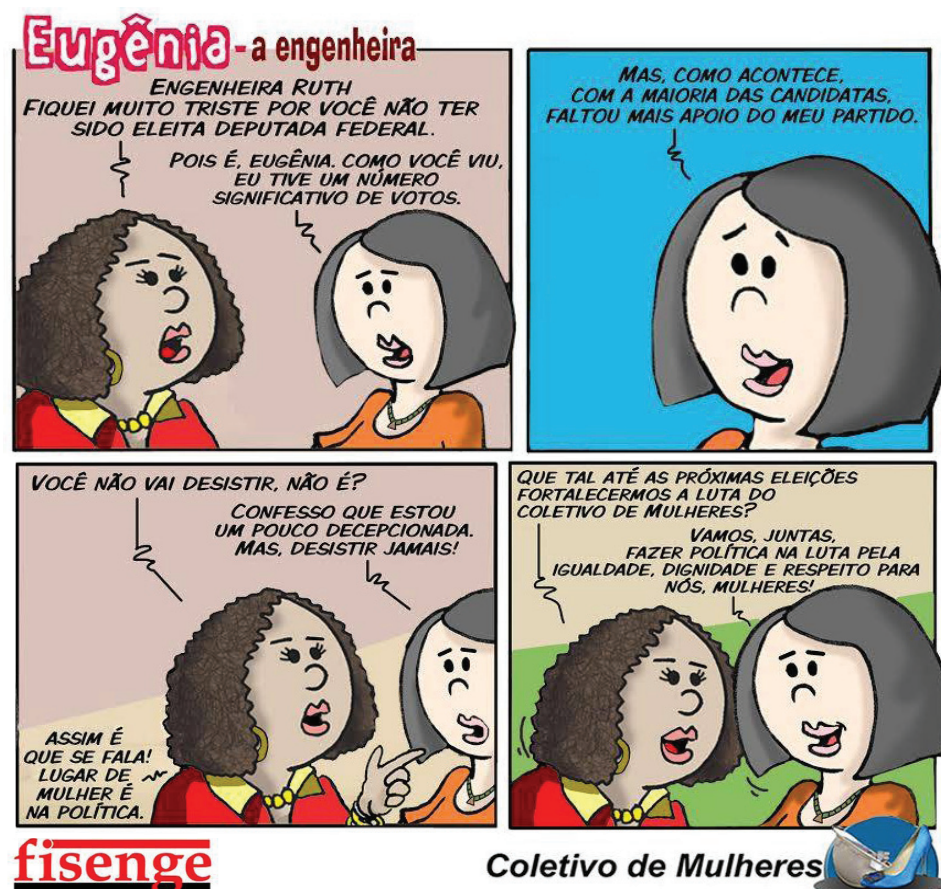
A experiência histórica mostra que os países que priorizaram o investimento em educação alcançaram padrão de desenvolvimento mais elevado. Essa luta, no Brasil, torna-se evidente principalmente quando se trata de questões ligadas à construção de um padrão de atendimento com qualidade nas redes

públicas, que se dá através da oferta de infraestrutura adequada nas escolas, de gestão democrática e principalmente pela valorização dos educadores, por meio de condições de trabalho, de ingresso, carreira e remuneração e, não menos importante, com o cumprimento da carreira e da lei do piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica (Lei 11.738/2008), entre outros pontos.

A partir de microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), elaborada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), esta Nota mostra as alterações no perfil dos docentes, com recorte de 2002 a 2013. De início, foi selecionada uma amostra a partir das ocupações de professores que atuam na educação básica. Após aferir a dinâmica entre a rede pública e privada no período, o estudo deteve-se nos professores contratados por estados e municípios.

DIEESE

• Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos • www.dieese.org.br



Senado aprova PL13/2013

Aprovado projeto que considera engenharia carreira típica do Estado

O Senado aprovou no dia 5 de novembro, por 8 votos a 6, o Projeto de Lei Complementar (PLC) 13/2013, que caracteriza como essenciais e exclusivas do Estado as atividades exercidas por engenheiros, arquitetos e engenheiros agrônomos no serviço público federal.

Clovis Nascimento, vice-presidente do Sindicato de Engenheiros e presidente da Fisenge, considera que essa é uma vitória da categoria e das entidades de classe. "Estivemos em Brasília dialogando com os parlamentares sobre a importância da matéria e da valorização da engenharia nacional", afirmou.

O PLC foi aprovado, em caráter terminativo, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e seguirá para sanção presidencial. Nascimento é enfático e reforça a continuidade da mobilização. "Acreditamos na sensibilidade do governo federal, haja vista que a aprovação deste projeto significa a valorização da engenharia e nosso compromisso com o desenvolvimento nacional", disse.

O relator da matéria na CCJ, senador Romero Jucá (PMDB-RR), destacou que a decisão não trata de diferenciação de categorias, mas da defesa do papel essencial dessas carreiras para o Estado. "Essa matéria vai ao encontro, exatamente, de uma vontade nacional, que é o fortalecimento das carreiras técnicas do serviço público: a carreira do engenheiro, do arquiteto, do engenheiro agrônomo. São servidores extremamente importantes e que não têm no

papel o reconhecimento técnico e político da grandeza da sua atuação. Não estamos tratando aqui de aumento de salário, nem de diferenciação de categorias", pontuou.

O sindicalista destacou ainda que este fato abre os caminhos para a discussão de um plano de carreiras entre os profissionais do serviço público federal. "Nós, engenheiros, contribuimos efetivamente para a formulação de políticas públicas e para a construção de um projeto de nação. Sem dúvida, esta é uma vitória do conjunto da sociedade brasileira", comemorou Clovis.

O senador Jucá explicou que o projeto prevê que engenheiros, arquitetos e engenheiros agrônomos, na condição de profissionais ocupantes de cargo efetivo no serviço público estadual, federal ou municipal tenham o mesmo tipo de tratamento que os servidores da Receita Federal, os advogados da AGU. "É uma equiparação exatamente justa, no sentido de que profissionais extremamente relevantes tenham o mesmo tratamento já dado a diversos setores dentro da Administração Pública".

As carreiras essenciais e exclusivas de Estado estão previstas pela Emenda Constitucional 19, de 1998, conhecida como reforma administrativa e incluem diplomatas e servidores de carreiras jurídicas, de auditoria e de gestão governamental, entre outras. Para incluir os engenheiros, arquitetos e engenheiros agrônomos, a proposta altera a Lei nº 5.194/66, que regula essas profissões.

A aprovação deste projeto significa a valorização da engenharia

Vito Giannotti lança novo livro sobre COMUNICAÇÃO DOS TRABALHADORES e HEGEMONIA

O escritor Vito Giannotti, coordenador do Núcleo Piratininga de Comunicação (NPC), está lançando mais um livro sobre a importância da comunicação dos trabalhadores para a transformação da sociedade. Esse tema tem pautado sua atuação e de todo o NPC nos últimos 20 anos, com a promoção de cursos, palestras e seminários pelo Brasil inteiro. A obra apresenta reflexões sobre diversos conceitos, como o de hegemonia, pensado por Marx, Lenin e Gramsci. Também nega veementemente o mito da neutralidade dos meios de comunicação e explica porque considera a mídia o verdadeiro partido da burguesia.

Além de apresentar uma sólida base teórica, Comunicação dos trabalhadores e hegemonia oferece dicas práticas aos sindicatos e movimentos populares que desejam construir e aprimorar seus veículos de informação. Aborda, portanto, os meios impressos, rádios, TVs e internet, pensando em como aperfeiçoar desde a pauta até a linguagem e a diagramação, para que esses veículos sejam atrativos e compreendidos pela maioria da classe trabalhadora.



O jornalista e professor Dênis de Moraes (UFF) assina a orelha do livro, que também conta com comentários dos jornalistas Laurindo Leal Filho, Beto Almeida e Hamilton Octavio de Souza. A jornalista e professora de história Claudia Santiago, também coordenadora do NPC, explica na apresentação da obra: “Giannotti acredita que as ideias dominantes na sociedade são

as ideias da classe dominante. E estas são transmitidas para toda a sociedade pelos ‘meios de comunicação dos patrões’, como enfatiza em seus inúmeros artigos e palestras. Ele não acredita que sindicatos e movimentos sociais devam implorar ou pagar por pequenos espaços nos jornais da burguesia que, na visão de Vito, defendem única e exclusivamente os interesses da classe patronal. Defende que estes devem ter seus próprios instrumentos de comunicação – jornais, rádios, TVs, redes sociais”.

O livro é voltado para professores de comunicação, estudantes, sindicalistas, militantes sociais e todos aqueles interessados em entender a importância dos meios de comunicação na formação das ideias e na prática social. Está sendo publicado pela Fundação Perseu Abramo, em parceria com o NPC. Custa R\$ 30,00 e está à venda na Livraria Antonio Gramsci, que fica na Rua Alcindo Guanabara, 17, térreo, Cinelândia (fundos do prédio). Interessados em adquirir podem também solicitar pelo e-mail livraria@piratininga.org.br. Outras informações pelos telefones (21)2220-4895 e 2220-4623.

VIVA O POVO BRASILEIRO

O povo brasileiro
Orgulho dessa nação
Não divide o país
Seria uma aberração

Todos os estados unidos
Sem dependência estrangeira
Seria uma nação mais forte
Uma nação mais brasileira

Vamos juntos nessa ideia
Fortalecendo o Brasil
Uma nação de todos
De um povo varonil

Tenha orgulho de ser brasileiro
No mundo somos respeitados
As diferenças de opinião
É uma conquista, um legado

Abaixo o preconceito
A arrogância e prepotência
Quem age desse jeito
Lhe falta inteligência

Se somos todos iguais
Como prega a constituição
Quem se acha superior
Devia voltar à razão

A livre expressão de ideias
Conquistada a duras penas
Tem que ser mais valorizada
Isso não é o problema

Se pensa diferente
O melhor é dialogar
O respeito a toda gente
Faz a vida melhorar

O povo brasileiro
Que luta e vai em frente
Mostra inteligência
Quando une toda gente

Viva o nosso país
Viva o povo trabalhador
Que em todos os rincões
Mostra o seu valor

Vou já despedindo
Agradecendo a sua atenção
Vamos ajudar o Brasil
A ser uma melhor nação

• Dino Gilloli, poeta.
6 livros publicados, entre eles:
Cem Poemas (Editora da UFSC)

art²⁷

GARANTIA PARA O ENGENHEIRO E A SOCIEDADE

Engenheiro, ao preencher a sua Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) no campo referente ao Código de Entidade de Classe, anote o número 27. Desta forma, você estará repassando 10% de sua ART para o Sindicato dos Engenheiros e estará contribuindo para que o Senge fortaleça a luta em defesa dos engenheiros e da engenharia nacional. Acesse a página eletrônica do sindicato (www.sengerj.org.br) e conheça um pouco mais a sua entidade representativa.



Privatizações - a Distopia do Capital este é o novo filme do cineasta Silvio Tendler. A proposta é promover o debate em todas as regiões do país para avançar na construção da consciência política e denunciar os fatos ocorridos durante o período das grandes privatizações no país. O filme foi lançado no dia 21 de outubro no Circo Voador. A pré-estreia do filme foi realizada no dia 9 de outubro no cineclube Silvio Tendler, no Museu da República.

Centenas de pessoas, entre sindicalistas, estudantes, formadores de opinião, comunicadores e parlamentares, estiveram presentes e o consenso era de que somente a esperança da utopia é capaz de vencer as perversidades do projeto neoliberal e sua consequente distopia social. De acordo com o diretor do filme, Silvio Tendler o objetivo é contribuir pedagogicamente na construção da consciência política. "Este é um filme que eu devia a mim mesmo e ao país. Cinema é patrimônio público e é para ser visto e multiplicado, e não para ser produto confinado em salas de shoppings, em apenas 7% do território brasileiro", disse.

Em 56 minutos de projeção, intelectuais, políticos, técnicos e edu-

Filme discute processo de privatização no Brasil

"Privatizações - a Distopia do Capital" é a nova obra de Silvio Tendler, feita em parceria com o Senge-RJ

Camila Marins (Fisenge)

cadores traçam, desde a era Vargas, o percurso de sentimentos e momentos dramáticos da vida nacional. "Se não conhecermos o nosso passado podemos incorrer no erro de repetir as farsas e tragédias do neoliberalismo no presente e no futuro", afirmou o presidente do Sindicato dos Engenheiros no Estado do Rio de Janeiro (Senge-RJ), Olímpio Alves dos Santos. Um dos principais pontos levantados pelo filme é o papel do Estado, cuja perspectiva neoliberal está rendida às exigências do mercado, do capital internacional e do lucro. "Este filme faz reflexão sobre como o processo de privatização foi um grande engodo. O argumento forte que elegeu os Fernandes (Collor e FHC) é de que esse dinheiro dos 'paquidermes' das estatais serviriam para os serviços públicos, e isso não aconteceu. No Brasil, os serviços só pioraram de lá para cá. Por fim, o filme afirma que apenas a mobilização e organização da população podem garantir um país justo, igualitário e soberano", destacou o deputado federal Chico Alencar (PSOL-RJ).

O final dos anos 80 e a década de 90 são considerados tempos perdidos, devido à ofensiva neoliberal com seu projeto de privatização das principais empresas do Brasil. "Houve asfixia de grandes setores



A cima: lançamento do filme Iota o Circo Voador. Ao lado: platéia assiste atenta à pré-estréia no cineclube Silvio Tandler.



Se não conhecermos o nosso passado podemos incorrer no erro de repetir as farsas e tragédias do neoliberalismo no presente e no futuro

Olimpio Alves dos Santos
– Presidente do Senge-RJ

da engenharia nacional, em que investimentos foram negados para que houvesse sucateamento de todas as empresas estatais para justificar o processo de privatização. Esse filme é histórico, pois permite o resgate da história, para que o povo brasileiro conhecendo sua história possa planejar futuro melhor para cada cidadã e cidadão desse país", pontuou o presidente da Federação Interestadual de Sindicatos de Engenheiros (Fisenge), Clovis Nascimento.

Outro destaque do filme é a

propaganda feroz em defesa das privatizações, bem como o papel dos meios de comunicação no desmonte do Estado brasileiro. "Eu vivi todo o processo de privatização no Rio de Janeiro. Lembro de cada cartaz que a gente fez, cada momento, cada bomba, cada corrida da polícia. Ou a gente conta essa história ou ela se perde. Perder essa memória é perigoso, porque pode significar a volta de um projeto, que arranca o sangue do povo brasileiro. Esse filme não en-

Este é um filme que eu devia a mim mesmo e ao país

Silvio Tandler
– Cineasta

gana e não disfarça, porque muitas das questões neoliberais se mantiveram", lembrou a jornalista e coordenadora do Núcleo Piratininga de Comunicação (NPC), Claudia Santiago.

CINEMA, A UTOPIA NECESSÁRIA

A perspectiva da produtora e dos realizadores é promover o debate em todas as regiões do país como forma de avançar "na construção da consciência política e denunciar as verdades que se escondem por trás dos discursos hegemônicos", afirmou Silvio Tandler. Realização do Sindicato dos Engenheiros no Estado do Rio de Janeiro (Senge-RJ) e da Federação Interestadual de Sindicatos de Engenheiros (Fisenge), com o apoio da CUT Nacional, o filme traz a assinatura da produtora Caliban e a força da filmografia de um dos mais respeitados nomes do cinema brasileiro. Tandler lembrou que nos anos 50 a parceria entre sindicatos para produção de filmes acontecia mundo afora. "Num país de 200 milhões de habitantes não pode se resumir a 15 milhões de espectadores. A parceria com os sindicatos é fundamental. Nos anos 50 houve, na França e na Itália por exemplo, esta parceria com entidades e produziram filmes ótimos. O Senge e a Fisenge ao fazerem isso não inovam, mas renovam", concluiu Tandler.

Vale registrar, ainda, o fato dos patrocinadores deste trabalho, fruto de ampla pesquisa, serem as entidades de classe dos engenheiros. Movido pelo permanente combate à perda da soberania em espaços estratégicos da economia, o movimento sindical tem a clareza de que "o processo de privatizações da década de 90 é a negação das premissas do projeto de desenvolvimento que sempre defendemos".

SENGE debate manipulação nas eleições do Sistema CONFEA/CREA

A reunião lotou o auditório do Sindicato na luta por eleições limpas

Claudionor Santana

Nívia Schunk

Resultado do Ato Público, promovido na última quinta-feira, 30 de outubro, pelo Sindicato dos Engenheiros no Estado do Rio de Janeiro (Senge-RJ), o manifesto por eleições limpas e transparentes no sistema Confea/Crea, reverberou a indignação da categoria diante da impugnação de todas as candidaturas de oposição à administração atual da autarquia federal e seus aliados nos conselhos regionais em todo o país. A reunião lotou o auditório do Senge-RJ e contou com a presença de profissionais, representantes sindicais e lideranças dos movimentos sociais no estado.

Oficialmente de volta à disputa pela presidência do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio de Janeiro (Crea-RJ), Luiz Antonio Cosenza, defendeu a suspensão do pleito em favor da moralização urgente do processo eleitoral. De acordo com ele, além da campanha difamatória, as impugnações atendem a diversos interesses de ordem política e econômica. “Assim como eu, todos vão conseguir reverter essas decisões judicialmente, mas o prejuízo com o tempo perdido e o desgaste de imagem se mantém. E há muito mais coisas em jogo, como, por exemplo, imprimir e distribuir a revista mensal do Crea-RJ somente com a propaganda da situação. Outra informação importantíssima é o fato de que as contas dos últimos três anos do Crea-RJ serão auditadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU). Então, eles precisam se manter no poder”, analisou.

Já, Fernando Anibolet, que ainda não conseguiu a liminar para voltar a concorrer à direção do Crea-RJ, exigiu isonomia em relação aos outros candidatos. Ele também abordou a necessidade de se verifi-



A reunião lotou o auditório do Sindicato e contou com a presença de profissionais, representantes sindicais e lideranças de movimentos sindicais

car procedimentos inadequados de uso da máquina em benefício da candidatura apoiada pela gestão atual. “Confesso que achei que eles não seriam tão irresponsáveis a esse ponto. Quem entrar precisará enfrentá-los, porque as forças a serem combatidas no Confea e no Crea são poderosas”

Candidato à diretoria geral da Mútua – Caixa de Assistência dos Profissionais do Crea-RJ, Paulo Cesar Granja conclamou a todos os presentes a assumir um compromisso com a mudança necessária. Granja enfatizou a necessidade de se informar corretamente sobre a situação a todos os votantes, técnicos e engenheiros. “O mais importante é que a campanha de todos os candidatos es-

teja na rua. A gente tem que mostrar a verdade a todos os companheiros”

Reiterando o repúdio à manipulação do processo, Olímpio Alves dos Santos, presidente do Senge-RJ reafirmou a importância ética e política da anulação destas eleições. Para ele, uma candidatura garantida por liminar já está implicitamente fragilizada. “É inadmissível que o nosso conselho seja gerido dessa forma. Não podemos aceitar isso como fato consumado. Conseguir as liminares é o movimento correto, mas teremos que brigar por eleições limpas até o fim” afirmou ele.

À frente da Federação Interestadual dos Sindicatos dos Engenheiros (Fisenge), Clovis Nascimento salien-

tou o fato de o sistema CONFEA/CREA ainda contar com cédulas de papel e urnas de lona para escolher seus dirigentes. “É uma vergonha, não satisfeitos com esse anacronismo, ainda se utilizam dessas manobras para alijarem do contexto seus adversários. A Fisenge está junto com o Senge-RJ nessa luta”, disse o presidente.

O encontro mobilizou a categoria e construiu alianças para fazer soprar novos ventos sobre o sistema Confea/Crea. Com apoio unânime dos presentes, o documento produzido congrega o posicionamento comum de diversas lideranças atuantes em todos os segmentos da engenharia e agronomia no estado do Rio de Janeiro.

MANIFESTO POR ELEIÇÕES LIMPAS E TRANSPARENTES NO SISTEMA CONFEA/CREA-RJ

“Dize-me com quem andas que eu te direi se vou contigo”, *Barão de Itararé*

Mesmo respondendo a mais de 30 (trinta) processos, que somam cerca de R\$40.000;000,00 (quarenta milhões de reais). Condenado em vários, já com seus bens indisponíveis pela Justiça, o atual presidente do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (CONFEA), JOSÉ TADEU, para se perpetuar no poder a qualquer custo articulou em todo o Brasil a impugnação de, praticamente, todas as candidaturas de oposição.

Orquestrou com a maioria dos conselheiros federais um verdadeiro golpe, mantendo mesmo sem motivo as impugnações. No Rio de Janeiro, o atual presidente do CREA, AGOSTINHO GUERREIRO, e seu candidato ARCILEY PINHEIRO, o único não impugnado, aliaram-se ao ficha-suja JOSÉ TADEU, o que os identifica também como fichas-sujas.

Candidatos foram impugnados por não terem apresentado na inscrição o mesmo documento que ARCILEY não apresentou, e ele não foi impugnado e ainda utilizou o facebook para se auto-intitular ficha limpa. Uma VERGONHA!

As impugnações na Justiça, já foram revertidas por dois candidatos à presidência do CREA-RJ. Mas o autoritarismo e a falta de respeito permanecem na postura do atual presidente, que anuncia publicamente que vai retirar da revista do CREA as propagandas eleitorais dos candidatos que lhe fazem oposição, desrespeitando a Comissão Eleitoral Regional.

Tal atitude autoritária não tem precedentes na história do CREA-RJ. Chama a atenção e levanta dúvidas sobre qual o real motivo que leva o atual presidente a tentar manter o poder, através de seu sucessor, usando, sem limites, as formas mais inescrupulosas possíveis para eliminar opositores e impedi-los de participar do pleito.

Esta tentativa de golpe ataca a democracia e traz prejuízos irreparáveis para todas as candidaturas. É inadmissível que o maior Conselho Profissional do Brasil esteja mergulhado nesta lama. Está na hora de mudar. Novos ventos precisam soprar sobre o CONFEA e o CREA/RJ.

As entidades de classe, as organizações associativas, os profissionais e os cidadãos presentes neste ATO PÚBLICO POR ELEIÇÕES TRANSPARENTES NO SISTEMA CONFEA/CREA reivindicam a anulação da 7ª Sessão Plenária Extraordinária do CONFEA.

Clamamos por eleições limpas e direitos iguais para todos!

APROVADO NO ATO PÚBLICO REALIZADO, EM 30/10/2014, NO SENGE-RJ

Entidades de engenharia realizam plenária de apoio à candidatura de Luduvic ao CONFEA



José Mário, presidente do CREA-PE, Henrique Luduvic, candidato à presidência do CONFEA, e Clovis Nascimento, presidente da FISENGE.

Durante o encontro, lideranças de diversas entidades de engenharia do país declararam seu apoio ao candidato

Entidades de engenharia realizaram, no dia 5 de novembro, uma plenária onde declararam apoio à candidatura de Henrique Luduvic à presidência do CONFEA. A reunião foi realizada no auditório do Sindicato dos Engenheiros no Estado do Rio de Janeiro (SENGE-RJ).

Durante o evento, Luduvic afirmou que é preciso defender a engenharia. “O CONFEA não se posiciona contra as agressões ao setor elétrico e nem no caso da Petrobrás, que está sendo atacada. Os corruptos devem ser presos, mas a estatal precisa ser preservada”, explicou.

O presidente do SENGE-RJ,

Olímpio Alves dos Santos, declarou seu apoio ao candidato. “Luduvic promoverá a democratização e transparência no Sistema, resgatando a importância do engenheiro e da engenharia nacional. Temos certeza de que ele irá inserir o Conselho no debate sobre os grandes temas do país, como as grandes obras, mobilidade urbana, direito à cidade, entre outros.”

A candidata ao CREA/PB, Giúcelia Figueiredo, disse que não concorda com os desmandos que estão ocorrendo atualmente no CONFEA e acredita que os profissionais não podem ficar de braços cruzados.

Já o Presidente do CREA/PE,

José Mário ressaltou que “a engenharia deve desalojar do CONFEA essa pessoa que desonra a imagem da área tecnológica”. Também o conselheiro do CREA/PB, Paulo Laércio, acredita que o sistema profissional perdeu a credibilidade “lutamos para ter um processo eletrônico transparente e hoje regredimos. Estamos numa situação desastrosa”.

Luduvic concluiu destacando que “é preciso acabar com a mediocridade no CONFEA e colocar a engenharia no debate nacional. Não acredito em país que não tenha capacidade de transformar conhecimento em produto, é por

isso que defendemos a engenharia brasileira”.

Além da Federação Interestadual de Sindicatos de Engenheiros (FISENGE), Luduvic recebeu apoio de entidades e profissionais de várias partes do país como o conselheiro federal, Raul Otávio, que é presidente do SENGE-MG, do ex-presidente do CONFEA, Marcos Túlio de Melo, do ex-presidente do CREA/MG, Gilson Queiroz, do ex-presidente do CREA/PE, Roberto Freire, do presidente do SENGE/BA, Ubiratan Félix Pereira dos Santos e do presidente do SENGE-ES, Orlando Zado, dentre outras lideranças.

MANIFESTO POR ELEIÇÕES LIMPAS E TRANSPARENTES NO SISTEMA CONFEA/CREA

Mesmo respondendo a mais de 30 processos judiciais e já com seus bens indisponibilizados pela Justiça Federal, o atual presidente do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (CONFEA), para se perpetuar no poder a qualquer custo articulou em todo o Brasil a impugnação de, praticamente, todas as candidaturas de oposição às eleições para presidência do Confea, dos Creas e das Caixas de Assistência da Mútua.

Orquestrou com a maioria dos conselheiros federais um verdadeiro golpe, mantendo mesmo sem motivo as impugnações. Candidaturas deferidas deixaram de apresentar os mesmos documentos que se cobra das candidaturas de oposição. Um situação que envergonha mais de um milhão de profissionais registrados.

As impugnações na Justiça foram revertidas por alguns candidatos, mas o autoritarismo e a falta de respeito permanecem em alguns estados e no pleito federal, onde candidatos de oposição não são citados pelos veículos de comunicação institucional.

Tal atitude autoritária não tem precedentes na história do Sistema CONFEA/CREA. Chama a atenção e levanta dúvidas qual o real motivo que leva o atual presidente a tentar manter o poder, usando, sem limites, as formas mais inescrupulosas possíveis para eliminar opositores e impedi-los de participar do pleito. O Brasil amadureceu com a ampliação da Lei da Ficha Limpa e com o combate à corrupção. O Sistema Confea/CREA não pode retroceder.

Esta tentativa de golpe ataca a democracia e traz prejuízos irreparáveis para todas as candidaturas. É inadmissível que o maior Conselho Profissional do Brasil esteja mergulhado nesta lama. Está na hora de mudar. Novos ventos precisam soprar sobre o CONFEA e o CREA

Considerando que um processo eleitoral viciado neste nível merece no mínimo, seu adiamento, a Federação Interestadual de Sindicatos de Engenheiros (Fisenge) ingressará com uma ação judicial propugnando pelo adiamento das eleições e solicitando que essas eleições aconteçam em um ambiente transparente e limpo e com interveniência do TSE. Em defesa da engenharia, da Agronomia e da Ética.

Defesa da engenharia, da agronomia e da ética

Engenheiro civil Henrique Ludovice é candidato à presidência do CONFEA

O engenheiro civil Henrique Ludovice tem uma larga experiência profissional. Atualmente é Assessor para Universalização de Energia Elétrica na Eletrobrás/Eletronorte, em Brasília, onde trabalha desde 1989. Graduado pela Universidade de Brasília, foi Diretor Geral do Departamento de Estradas de

Rodagem do Distrito Federal, Secretário de Transportes do Distrito Federal e da Prefeitura de Aracaju-SE. Foi presidente do CREA-DF (1988-1993), do CONFEA (1994-1999) e da MÚTUA (2000-2006). Agora, as entidades voltam a chamá-lo para participar do processo eleitoral e dar um choque de ética no CONFEA.



Candidato à presidência do CONFEA, Ludovice.

FALA LUDOVICE

Qual a sua principal bandeira na eleição de 2014?

– Desburocratizar, mais uma vez, a gestão do CONFEA, abrindo canais de diálogo com os profissionais, as entidades e a sociedade. Defender a Engenharia e a Agronomia nacionais e nosso patrimônio intelectual estratégico, para que a população reconheça a capacidade técnica dos profissionais e empresas, como demonstrado recentemente em vários empreendimentos (aeroportos, estádios, transmissão de dados, produção agrícola). E para que isso aconteça, a presidência do CONFEA deve ser uma referência ética, política e institucional.

COMPROMISSOS

- Defender a Engenharia e a Agronomia brasileiras e o papel estratégico dos profissionais no desenvolvimento nacional;
- Defender o acervo técnico profissional e a democratização de oportunidades nas licitações públicas, viabilizando o acesso das pequenas e médias empresas;
- Apoiar e valorizar as Entidades Nacionais/Estaduais/Municipais das profissões vinculadas ao Sistema.
- Apoiar e valorizar o CDEN; as Coordenações Nacionais de Câmaras Especializadas; e a MÚTUA/Caixas de Assistência;
- Viabilizar a aprovação de legislação, que assegure a incorporação de atribuições profissionais apreendidas ao longo da carreira, dinamizando o processo de concessão, bem como o reconhecimento da dedicação e do aprimoramento no exercício das profissões;
- Aprovar legislação no Congresso Nacional, que assegure a representação permanente, no Plenário do CONFEA, de todos os Estados e das diversas modalidades, resgatando os princípios aprovados no 3º CNP (1999), bem como a extensão dessas representações aos Plenários e Câmaras Especializadas dos CREAs em todo País;
- Pela criação e contínua valorização de carreiras da área tecnológica no País, visando atrair talentos e aprimorar a capacidade do setor público em áreas estratégicas como planejamento, elaboração de projetos, execução, gestão e fiscalização de empreendimentos; exigir o cumprimento do Salário Mínimo Profissional;
- Apoiar indistintamente a todos os CREAs, especialmente aqueles de menor orçamento, que mais necessitam de suporte federal.



Senge-RJ

**SINDICATO DOS ENGENHEIROS
NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

Av. Rio Branco, 277 - grupos 801 - 8º and. e 1.703 - 17º and.

Rio de Janeiro - RJ - CEP: 20040-009

Tel: (0 XX 21) 3505-0707 Fax: (0 XX 21) 3505-0733

Endereço: www.sengerj.org.br

Correio eletrônico: sengerj@sengerj.org.br • imprensa@sengerj.org.br